

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo
Romão Avila Milhan Junior
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cesar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 4695/2023-PGJ, DE 30.8.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Jerusa Araujo Junqueira Quirino para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Aparecida do Taboado no período de 4 a 6.9.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Matheus Macedo Cartapatti.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4696/2023-PGJ, DE 30.8.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Daniel Higa de Oliveira para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 2ª Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de São Gabriel do Oeste nos dias 4 e 5.9.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4694/2023-PGJ, DE 30.8.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Antonio Carlos Garcia de Oliveira para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Pedro Gomes no dia 4.9.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4693/2023-PGJ, DE 30.8.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Bolivar Luis da Costa Vieira para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 1ª Vara do Tribunal do Juri da comarca de Campo Grande no dia 4.9.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4691/2023-PGJ, DE 30.8.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Oscar de Almeida Bessa Filho para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da Vara da Infância e da Adolescência da comarca de Campo Grande no dia 29.8.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4690/2023-PGJ, DE 30.8.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar pública, para todos os efeitos legais, a Portaria CNMP-PRESI nº 295, de 23.8.2023, publicada no Diário Oficial da União, DOU, de 25.8.2023, seção 2, que prorrogou pelo período de 1 (um) ano a designação da Promotora de Justiça Renata Ruth Fernandes Goya Marinho para, sem prejuízo de suas funções, atuar como membro colaborador da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública, CSP, do Conselho Nacional do Ministério Público, CNMP, a contar de 21.9.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4688/2023-PGJ, DE 30.8.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Gabriel da Costa Rodrigues Alves para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Iguatemi no dia 29.8.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4687/2023-PGJ, DE 30.8.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Jui Bueno Nogueira para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da comarca de Água Clara no dia 29.8.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4668/2023-PGJ, DE 29.8.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Fernando Jorge Manvailer Esgaib para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 2ª Turma Recursal Mista da comarca de Campo Grande no período de 18 a 29.9.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Reynaldo Hilst Mattar.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4669/2023-PGJ, DE 29.8.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Livia Carla Guadanhim Bariani para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 18ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande no período de 1º a 5.9.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça José Arturo Iunes Bobadilla Garcia.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4670/2023-PGJ, DE 29.8.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Celso Antonio Botelho de Carvalho, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 54ª Zona Eleitoral no período de 1º a 5.9.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça José Arturo Iunes Bobadilla Garcia.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4671/2023-PGJ, DE 29.8.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “f”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Marcelo Ely para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 15ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande no dia 15.9.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Alexandre Pinto Capiberibe Saldanha.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4672/2023-PGJ, DE 29.8.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “f”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Amilcar Araujo Carneiro Junior para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 10ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados no período de 25.9 a 10.10.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Rosalina Cruz Cavagnolli.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4673/2023-PGJ, DE 29.8.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Fernando Marcelo Peixoto Lanza para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Juizado Especial Cível e Criminal (2) da comarca de Três Lagoas no período de 4 a 12.9.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Daniela Araujo Lima da Silva.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4674/2023-PGJ, DE 29.8.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Fernando Marcelo Peixoto Lanza para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Juizado Especial Cível e Criminal (1) da comarca de Três Lagoas no período de 11 a 15.9.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Rosana Suemi Fuzita Irikura.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4680/2023-PGJ, DE 30.8.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Luiz Gustavo Camacho Terçariol 1 (um) dia de compensação no dia 9.10.2023, por ter acompanhado e fiscalizado o processo unificado de escolha dos membros dos Conselhos Tutelares no dia 6.10.2019.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4681/2023-PGJ, DE 30.8.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Luiz Gustavo Camacho Terçariol 1 (um) dia de compensação no dia 10.10.2023, por ter coadjuvado a 43ª Zona Eleitoral nas eleições de 2022, no dia 2.10.2022, nos termos do artigo 98 da Lei Federal nº 9.504, de 30.9.1997.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4683/2023-PGJ, DE 30.8.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Matheus Macedo Cartapatti 3 (três) dias de compensação no período de 4 a 6.9.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão integrado no ano de 2023, nos termos dos artigos 31 e 33 da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4682/2023-PGJ, DE 30.8.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo 4 (quatro) dias de compensação nos dias 4 e 5.9 e 9 e 10.10.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão integrado no ano de 2023, nos termos dos artigos 31 e 33 da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4658/2023-PGJ, DE 28.8.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Andréa de Souza Resende para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã no período de 28.8 a 6.9.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Gisleine Dal Bó.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4659/2023-PGJ, DE 28.8.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Gabriel da Costa Rodrigues Alves, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 52ª Zona Eleitoral no período de 28.8 a 6.9.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Gisleine Dal Bó.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4660/2023-PGJ, DE 28.8.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Maurício Mecelis Cabral para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Pedro Gomes no período de 4 a 6.9.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Matheus Macedo Cartapatti.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4657/2023-PGJ, DE 28.8.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Eteocles Brito Mendonça Dias Junior 4 (quatro) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2018/2019, a serem usufruídos no período de 6 a 9.11.2023, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140 e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4647/2023-PGJ, DE 28.8.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Autorizar os membros do Ministério Público abaixo relacionados a participarem do evento “Aspectos multidisciplinares da efetivação à proteção integral de crianças e adolescentes”, nos dias 24 e 25.8.2023, no Auditório Dr. Nereu Aristides Marques, na sede do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, na Rua Pres. Manuel Ferraz de Campos Salles, nº 214, Jardim Veraneio, em Campo Grande, desde que não haja qualquer prejuízo à continuidade dos trabalhos afetos às respectivas unidades de serviço.

- Allan Carlos Cobacho do Prado
- Ana Cristina Carneiro Dias
- Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina
- Clarissa Carlotto Torres
- Daniela Cristina Guiotti
- Daniella Costa da Silva
- Douglas Silva Teixeira



- Luciano Bordignon Conte
- Luiz Gustavo Camacho Terçariol
- Marcos Alex Vera de Oliveira
- Marcos Martins de Brito
- Matheus Carim Bucker
- Moisés Casarotto
- Nicolau Bacarji Junior
- Renata Ruth Fernandes Goya Marinho
- Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4607/2023-PGJ, DE 25.8.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4167/2023-PGJ, de 31.7.2023, que estabeleceu a escala de plantão dos Promotores de Justiça referente ao mês de agosto de 2023, de forma que, onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 1 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE FÁTIMA DO SUL, GLÓRIA DE DOURADOS, DEODÁPOLIS, IVINHEMA E ANGÉLICA			
28.8 (19h01min) a 4.9.2023 (11h59min)	1ª PJ de Ivinhema	Daniel do Nascimento Britto	98478-2040 99645-7680
REGIÃO 10 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE COSTA RICA, CHAPADÃO DO SUL E CASSILÂNDIA			
21 (19h01min) a 28.8.2023 (11h59min)	1ª PJ de Chapadão do Sul	Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto	99301-3535
REGIÃO 12 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIBAS DO RIO PARDO, ÁGUA CLARA, BRASILÂNDIA E BATAGUASSU			
28.8 (19h01min) a 4.9.2023 (11h59min)	1ª PJ de Bataguassu	Patrícia Almirão Padovan	99985-9192

- Passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 1 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE FÁTIMA DO SUL, GLÓRIA DE DOURADOS, DEODÁPOLIS, IVINHEMA E ANGÉLICA			
28.8 (19h01min) a 4.9.2023 (11h59min)	1ª PJ de Ivinhema	Daniel do Nascimento Britto	99971-8893
REGIÃO 10 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE COSTA RICA, CHAPADÃO DO SUL E CASSILÂNDIA			
21 (19h01min) a 28.8.2023 (11h59min)	2ª PJ de Chapadão do Sul	Thiago Barile Galvão de França	99235-1011
REGIÃO 12 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIBAS DO RIO PARDO, ÁGUA CLARA, BRASILÂNDIA E BATAGUASSU			
28.8 (19h01min) a 4.9.2023 (11h59min)	PJ de Água Clara	Jean Carlos Piloneto	99233-4361

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4654/2023-PGJ, DE 28.8.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Nara Mendes dos Santos Fernandes para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Amambai no período de 4 a 6.9.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Lenize Martins Lunardi Pedreira.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4655/2023-PGJ, DE 28.8.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Anthony Allison Brandão Santos para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Glória de Dourados no período de 1º a 6.9.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Gilberto Carlos Altheman Júnior.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4656/2023-PGJ, DE 28.8.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Rodrigo Cintra Franco para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Fátima do Sul no período de 1º a 6.9.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Gilberto Carlos Altheman Júnior.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4684/2023-PGJ, DE 30.8.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar pública a concessão de isenção do desconto do Imposto de Renda Retido na Fonte ao então Promotor de Justiça aposentado Arquimedes de Souza Menezes, no período de janeiro a agosto de 2023, nos termos do inciso XIV do artigo 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988 (PGA nº 09.2023.00005974-5).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4653/2023-PGJ, DE 28.8.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Mariana Sleiman Gomes para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 3ª Vara Cível da comarca de Nova Andradina nos dias 29 e 30.8.2023; e tornar sem efeito a Portaria nº 4557/2023-PGJ, de 24.8.2023, que designou o Promotor de Justiça João Meneghini Girelli.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4650/2023-PGJ, DE 28.8.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Cristiane Mourão Leal Santos, Assessora Especial do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Centro de Pesquisa, Análise, Difusão e Segurança da Informação, CI, do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul no dia 25.8.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4651/2023-PGJ, DE 28.8.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Rodrigo Yshida Brandão para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 13ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande no período 24.8 a 24.10.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Pedro Arthur de Figueiredo.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4652/2023-PGJ, DE 28.8.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Moisés Casarotto para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 1ª Vara Cível da comarca de Três Lagoas no dia 23.8.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4649/2023-PGJ, DE 28.8.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Ana Cristina Carneiro Dias, Assessora Especial do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça 1, Assep 1, nos dias 28 e 29.8.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4646/2023-PGJ, DE 28.8.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da comarca de Sete Quedas no dia 30.8.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4637/2023-PGJ, DE 28.8.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Lenize Martins Lunardi Pedreira para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Amambai nos dias 18 e 19.9.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Nara Mendes dos Santos Fernandes.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4638/2023-PGJ, DE 28.8.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Lenize Martins Lunardi Pedreira, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 1ª Zona Eleitoral nos dias 18 e 19.9.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Nara Mendes dos Santos Fernandes.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4639/2023-PGJ, DE 28.8.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Cínthia Giselle Gonçalves Latorraca para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda no período de 4 a 6.9.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Talita Zoccolaro Papa Muritiba.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4640/2023-PGJ, DE 28.8.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Cínthia Giselle Gonçalves Latorraca, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 15ª Zona Eleitoral no período de 4 a 6.9.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Talita Zoccolaro Papa Muritiba.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4641/2023-PGJ, DE 28.8.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Alexandre Rosa Luz para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brilhante nos dias 14 e 15.9.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Jorge Ferreira Neto Júnior.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4642/2023-PGJ, DE 28.8.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Alexandre Rosa Luz, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 11ª Zona Eleitoral nos dias 14 e 15.9.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Jorge Ferreira Neto Júnior.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4643/2023-PGJ, DE 28.8.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Magno Oliveira João para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã no período de 11 a 22.9.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Andréa de Souza Resende.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4644/2023-PGJ, DE 28.8.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Magno Oliveira João para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Supervisão das Promotorias de Justiça da comarca de Ponta Porã no período de 11 a 22.9.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Andréa de Souza Resende.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4645/2023-PGJ, DE 28.8.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Nara Mendes dos Santos Fernandes para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Amambai no período de 4 a 6.9.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Lenize Martins Lunardi Pedreira.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4621/2023-PGJ, DE 25.8.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Gilberto Carlos Altheman Júnior para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Deodápolis no período de 11 a 30.9.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Anthony Allison Brandão Santos.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4622/2023-PGJ, DE 25.8.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Gilberto Carlos Altheman Júnior, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 39ª Zona Eleitoral no período de 11 a 30.9.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Anthony Allison Brandão Santos.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4623/2023-PGJ, DE 25.8.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Fernanda Proença de Azambuja para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí no dia 25.9.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4624/2023-PGJ, DE 25.8.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Allan Carlos Cobacho do Prado para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Porto Murtinho no período de 4 a 22.9.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Lia Paim Lima.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4625/2023-PGJ, DE 25.8.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Mariana Sleiman Gomes para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Jardim no período de 4 a 22.9.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Lia Paim Lima.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4626/2023-PGJ, DE 25.8.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Allan Carlos Cobacho do Prado, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 22ª Zona Eleitoral no período de 4 a 22.9.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Lia Paim Lima.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4627/2023-PGJ, DE 25.8.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Alexandre Estuqui Junior para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito no período de 11.9 a 6.10.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4628/2023-PGJ, DE 25.8.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Alexandre Estuqui Junior, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 30ª Zona Eleitoral no período de 11.9 a 6.10.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4629/2023-PGJ, DE 25.8.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Daniel Pivaró Stadniky para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia nos dias 28 e 29.9.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Daniele Borghetti Zampieri de Oliveira.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 4685/2023-PGJ, DE 30.8.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça aposentado Paulo Shosei Arakaki a isenção do desconto do Imposto de Renda Retido na Fonte, a contar do mês de novembro de 2019, nos termos do inciso XIV do artigo 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988 (PGA nº 09.2023.00006888-8).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 4718/2023-PGJ, DE 31.8.2023

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça George Zarour Cezar para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo no dia 1º.9.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 4617/2023-PGJ, DE 25.8.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Prorrogar, até 31.10.2023, os efeitos da Portaria nº 3352/2021-PGJ, de 2.9.2021, que indicou ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Rodrigo Cintra Franco, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 4ª Zona Eleitoral.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 4618/2023-PGJ, DE 25.8.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Andréia Cristina Peres da Silva para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 10ª Vara do Juizado Especial Central (2) da comarca de Campo Grande, pelo período de 1 (um) ano, a partir de 1º.9.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4619/2023-PGJ, DE 25.8.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Rosana Suemi Fuzita Irikura para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Juizado Especial Cível e Criminal (1) da comarca de Três Lagoas, pelo período de 1 (um) ano, a partir de 1º.9.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4686/2023-PGJ, DE 30.8.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Paula da Silva Volpe para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 2ª Vara Criminal da comarca de Campo Grande nos dias 29 e 31.8.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4620/2023-PGJ, DE 25.8.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “f”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Luciano Anechini Lara Leite para, sem prejuízo de suas funções, exercer a função de Supervisor das Promotorias de Justiça Criminais da comarca de Três Lagoas, a partir de 1º.9.2023, pelo período de 1 (um) ano; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 1389/2023-PGJ, de 24.3.2023, que designou a Promotora de Justiça Rosana Suemi Fuzita Irikura.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4610/2023-PGJ, DE 25.8.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Luiz Eduardo de Souza Sant’Anna Pinheiro para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 15ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados no período de 11 a 30.9.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Claudia Loureiro Ocariz Almirão.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4611/2023-PGJ, DE 25.8.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Juliano Albuquerque para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal (2) da comarca de Dourados no período de 11 a 30.9.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Claudia Loureiro Ocariz Almirão.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4612/2023-PGJ, DE 25.8.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Fernando Jamusse para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados no período de 11 a 20.9.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Eduardo FonticIELha De Rose.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4613/2023-PGJ, DE 25.8.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “f”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Luiz Gustavo Camacho Terçariol para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 9ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados no período de 4 a 6.9.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Fabrícia Barbosa Lima.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4614/2023-PGJ, DE 25.8.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça José Aparecido Rigato para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados no período de 4 a 6.9.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça José Antonio Alencar.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4615/2023-PGJ, DE 25.8.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Moisés Casarotto para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 5ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas no período de 4 a 12.9.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Daniela Araujo Lima da Silva.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4704/2023-PGJ, DE 31.8.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Estabelecer a escala de plantão dos Promotores de Justiça da comarca de Corumbá referente ao mês de setembro de 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, conforme segue:

PERÍODO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE
30.8.2023 (19h01min) a 6.9.2023 (11h59min)	5ª	Luciano Bordignon Conte	99603-9203
6 (19h01min) a 13.9.2023 (11h59min)	2ª	Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina	99603-9203
13 (19h01min) a 20.9.2023 (11h59min)	6ª	Pedro de Oliveira Magalhães	99933-1249
20 (19h01min) a 27.9.2023 (11h59min)	3ª	Rodrigo Correa Amaro	99603-9203
27.9 (19h01min) a 4.10.2023 (11h59min)	1ª	Viviane Zuffo Vargas Amaro	99603-9203

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4616/2023-PGJ, DE 25.8.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, responderem pela 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Rosana Suemi Fuzita Irikura, conforme quadro abaixo:

MEMBRO	DATA
Jui Bueno Nogueira	11 e 12.9.2023
Daniela Araujo Lima da Silva	13 a 15.9.2023

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4582/2023-PGJ, DE 24.8.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa, Assessor Especial do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça 3, Assep 3, no período de 4 a 6.9.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Ana Cristina Carneiro Dias.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4583/2023-PGJ, DE 24.8.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Fernando Jorge Manvailer Esgaib para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 9ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande no período de 11 a 22.9.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Emy Louise Souza de Almeida Albertini.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4584/2023-PGJ, DE 24.8.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Érica Rocha Espindola para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 75ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande no período de 11 a 15.9.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Helen Neves Dutra da Silva.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4585/2023-PGJ, DE 24.8.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Gevair Ferreira Lima Junior para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande no período de 4 a 6.9.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Humberto Lapa Ferri.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4586/2023-PGJ, DE 24.8.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Tathiana Correa Pereira da Silva para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 50ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande no período de 11 a 15.9.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Jiskia Sandri Trentin.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4587/2023-PGJ, DE 24.8.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Juliano Albuquerque para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Coordenação Adjunta do Grupo de Atuação Especial da Execução Penal, Gaep, no período de 11 a 15.9.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Jiskia Sandri Trentin.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4588/2023-PGJ, DE 24.8.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Marjorie Oliveira Zanchetta de Azambuja para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 23ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande no período de 13 a 20.9.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Regina Dornte Broch.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4589/2023-PGJ, DE 24.8.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Christiane de Alencar para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 4ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande no período de 11 a 15.9.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Renzo Siufi.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4590/2023-PGJ, DE 24.8.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Juliane Cristina Gomes para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande no período de 18 a 29.9.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Reynaldo Hilst Mattar.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4608/2023-PGJ, DE 25.8.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 5788/2022-PGJ, de 23.11.2022, que estabeleceu a escala de plantão dos Promotores de Justiça de Campo Grande referente ao ano de 2023, de forma que, onde consta:

PERÍODO DE PLANTÃO	ÁREA CRIMINAL (CEL.: 98478-2089)
30.10 (19h01min) a 6.11.2023 (11h59min)	Marcelo Ely

PERÍODO DE PLANTÃO	ÁREA CÍVEL (CEL.: 98478-2431)
27.11 (19h01min) a 4.12.2023 (11h59min)	Marcelo Ely

- passe a constar:

PERÍODO DE PLANTÃO	ÁREA CRIMINAL (CEL.: 98478-2089)
30.10 (19h01min) a 6.11.2023 (11h59min)	Clovis Amauri Smaniotto

PERÍODO DE PLANTÃO	ÁREA CÍVEL (CEL.: 98478-2431)
27.11 (19h01min) a 4.12.2023 (11h59min)	Clovis Amauri Smaniotto

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4592/2023-PGJ, DE 25.8.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Cristiane Mourão Leal Santos, Assessora Especial do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Centro de Pesquisa, Análise, Difusão e Segurança da Informação, CI, do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul no período de 11 a 22.9.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4593/2023-PGJ, DE 25.8.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Cristiane Mourão Leal Santos, Assessora Especial do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Coordenação das Atividades de Segurança Institucional no período de 11 a 22.9.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4594/2023-PGJ, DE 25.8.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Fabio Ianni Goldfinger para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 29ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande no dia 1º.9.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Adriano Lobo Viana de Resende.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4595/2023-PGJ, DE 25.8.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Cristina Beraldo de Andrade para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 5ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande nos dias 28 e 29.9.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Paula da Silva Volpe.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4596/2023-PGJ, DE 25.8.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Celso Antonio Botelho de Carvalho, para, sem prejuízo de suas funções, atuar na 44ª Zona Eleitoral nos dias 28 e 29.9.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Paula da Silva Volpe.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4597/2023-PGJ, DE 25.8.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Silvio Amaral Nogueira de Lima para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 62ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande no dia 6.9.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Candy Hiroki Cruz Marques Moreira.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4667/2023-PGJ, DE 29.8.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Nomear Alexia Duncan Guizzo Couto para exercer o cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011, na 12ª Procuradoria de Justiça Criminal.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4631/2023-PGJ, DE 28.8.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais da Nota de Empenho nº 2023NE004007, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 1.1) Suplente – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 2) Fiscal Administrativa – Luana Rotta Vollkopf Curto, Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo 2; 2.1) Suplente – Léa Catarina Iunes Garcia, Técnica I; 3) Fiscal Técnico – Ezequiel Joaquim da Costa, Técnico I; 3.1) Suplente – Thaís da Silva Rodrigues, Diretora da Secretaria de Obras e Engenharia (PGA nº 09.2023.00008941-7).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4661/2023-PGJ, DE 28.8.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 1803/2020-PGJ, de 21.5.2020, na parte que designou servidoras do Quadro do Ministério Público Estadual como fiscais administrativas do Contrato nº 6/PGJ/2019, de forma que, onde consta: “2) Fiscal Administrativa – Rubia Mara Mayume Suetake, Técnica II; 2.1) Suplente – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais”, passe a constar: “2) Fiscal Administrativa – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 2.1) Suplente – Elvys Tomas Bernal, Técnico I” (PGA nº 09.2022.00012593-7 – PGJ/10/4147/2018).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4662/2023-PGJ, DE 28.8.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 1634/2020-PGJ, de 7.5.2020, na parte que designou servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como fiscais administrativos do Contrato nº 60/PGJ/2018, de forma que, onde consta: “4) Fiscal Administrativa – Rubia Mara Mayume Suetake, Técnica II; 4.1) Suplente – Elvys Tomas Bernal, Técnico I”, passe a constar: “4) Fiscal Administrativo – Elvys Tomas Bernal, Técnico I; 4.1) Suplente – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais” (PGA nº 09.2023.00006491-5 – PGJ/10/3271/2018).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4663/2023-PGJ, DE 28.8.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 1635/2020-PGJ, de 7.5.2020, na parte que designou servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como fiscais administrativos do Contrato nº 61/PGJ/2018, de forma que, onde consta: “4) Fiscal Administrativa – Rubia Mara Mayume Suetake, Técnica II; 4.1) Suplente – Elvys Tomas Bernal, Técnico I”, passe a constar: “4) Fiscal Administrativo – Elvys Tomas Bernal, Técnico I; 4.1) Suplente – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais” (PGA nº 09.2023.00006491-5 – PGJ/10/3271/2018).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4664/2023-PGJ, DE 28.8.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 1890/2020-PGJ, de 25.5.2020, na parte que designou servidora do Quadro do Ministério Público Estadual como gestora suplente do Contrato nº 48/PGJ/2019, de forma que, onde consta: “1.1) Suplente – Fabiane Barbosa da Silva, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos”, passe a constar: “1.1) Suplente – Angela Rezende do Amarante, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos” (PGA nº 09.2023.00004281-0 – PGJ/10/2805/2019).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4675/2023-PGJ, DE 29.8.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais da Nota de Empenho nº 2023NE004083, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal Administrativa – Luana Rotta Vollkopf Curto, Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo 2; 2.1) Suplente – Léa Catarina Iunes Garcia, Técnica I; 3) Fiscal Técnico – Ezequiel Joaquim da Costa, Técnico I; 3.1) Suplente – Thaís da Silva Rodrigues, Diretora da Secretaria de Obras e Engenharia (PGA nº 09.2023.00008962-8).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4676/2023-PGJ, DE 29.8.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar as seguintes servidoras do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais da Nota de Empenho nº 2023NE000324, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 1.1) Suplente – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 2) Fiscal Administrativa – Luana Rotta Vollkopf Curto, Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo 2; 2.1) Suplente – Léa Catarina Iunes Garcia, Técnica I; 3) Fiscal Técnica – Rosimara Bandeira Vasques de Almeida, Técnica II; 3.1) Suplente – Ariani Mortari Busaneli Vilharba, Técnica I (PGA nº 09.2023.00008066-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4677/2023-PGJ, DE 29.8.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais da Nota de Empenho nº 2023NE004130, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Angela Rezende do Amarante, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 1.1) Suplente – Caio Ferreira Campos, Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo 1; 2) Fiscal Administrativa – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 2.1) Suplente – Elvys Tomas Bernal, Técnico I; 3) Fiscal Técnico – Valdemilson Massayoshi Thaada, Analista; 3.1) Suplente – Selma Gonçalves, Técnica I (PGA nº 09.2023.00008430-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4678/2023-PGJ, DE 29.8.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais da Nota de Empenho nº 2023NE004070, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal Administrativa – Luana Rotta Vollkopf Curto, Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo 2; 2.1) Suplente – Léa Catarina Iunes Garcia, Técnica I; 3) Fiscal Técnico – Ezequiel Joaquim da Costa, Técnico I; 3.1) Suplente – Thaís da Silva Rodrigues, Diretora da Secretaria de Obras e Engenharia (PGA nº 09.2023.00008960-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4679/2023-PGJ, DE 29.8.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais da Nota de Empenho nº 2023NE004086, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 1.1) Suplente – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 2) Fiscal Administrativa – Luana Rotta Vollkopf Curto, Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo 2; 2.1) Suplente – Léa Catarina Iunes Garcia, Técnica I; 3) Fiscal Técnico – Ezequiel Joaquim da Costa, Técnico I; 3.1) Suplente – Thaís da Silva Rodrigues, Diretora da Secretaria de Obras e Engenharia (PGA nº 09.2023.00008964-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

COMISSÃO DE CONCURSO**DECISÃO DA COMISSÃO DE CONCURSO Nº 0002/2023/XXIX/MPMS**

O candidato inscrito sob o número 3950001880 interpôs tempestivamente recurso em face de falha na identificação da sua prova escrita do Grupo I (Direito Constitucional e Direitos Humanos) da segunda fase do XXIX Concurso Público de Provas e Títulos para ingresso na Carreira do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, aduzindo, em síntese, o quanto segue:

- a) Na Sessão Pública de Identificação das Provas Escritas e Divulgação dos Resultados seu nome foi erroneamente indicado em sala diversa daquela em que realizou a prova, ocasião em que lhe foi atribuída nota zero;
- b) Ao consultar o sítio da empresa responsável pela logística do concurso, constatou que a prova disponibilizada para visualização se encontrava em branco;
- c) O candidato sustenta que compareceu à prova, assinou a lista de presença e respondeu às questões formuladas, razão pela qual impugna a nota que lhe foi atribuída e requer a localização e correção de sua prova ou, caso não localizada, seja anulada a aplicação.

Objetivando esclarecer as causas do erro apontado pelo candidato recorrente, foram colhidas por esta Comissão de Concurso informações prestadas pelo INSTITUTO AOCP nos termos do Ofício n. 1.149/2023-IAOCP, de 29 de agosto de 2023, bem como foram obtidas cópias dos seguintes documentos:

- a) Termo de abertura do pacote contendo as provas da sala E-106, onde restou consignado, no campo destinado ao registro de ocorrências e observações, o quanto segue: “*O Caderno de Questões dos candidatos (...) inscrição 3950001880, 3950002662, 3950000458 e 3950001000, vieram juntamente com o material da sala E-106, mas os candidatos estão alocados na sala E-107*”;
- b) Lista de presença da sala E-107 no dia 29/01/2023, atestando comparecimento dos candidatos inscritos sob os números 3950001880, 3950002662, 3950000458 e 3950001000;
- c) Capas das provas reserva (versão definitiva) dos candidatos inscritos sob os números 3950001880, 3950002662, 3950000458 e 3950001000; e
- d) Folhas de resposta preenchidas e entregues por quatro candidatos anônimos, os quais não foram identificados porque entregaram as páginas sem preencher o campo existente no canto superior direito, destinado à inclusão do número de protocolo que permitiria a apuração da identidade do candidato na sessão pública de identificação.



Após regular instrução, o presente recurso foi encaminhado à Comissão de Concurso do XXIX Concurso Público de Provas e Títulos para ingresso na Carreira do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul para análise e deliberação.

É o relatório.

A documentação colhida para esclarecimento do ocorrido permite constatar que o recorrente foi alocado na sala E-107 para realização da prova escrita do Grupo I (Direito Constitucional e Direitos Humanos), entretanto o Caderno de Questões desse candidato, por falha da equipe do INSTITUTO AOCP, foi erroneamente acondicionado no pacote de provas da sala E-106.

Como o Caderno de Questões do recorrente não estava disponível na sala E-107, o candidato inscrito sob o número 3950001880 teve de fazer uso de Prova Reserva para consignar suas respostas.

A capa da prova reserva (versão definitiva) veicula as seguintes orientações:

“No término da prova, ao entregar a Versão Definitiva das Questões ao fiscal, esta capa será destacada e acondicionada em envelope conforme itens 14.2.4 e 14.2.5.

Assine no local indicado, a seguir, e verifique se o número de protocolo presente nesta folha corresponde ao presente nas demais folhas do seu Caderno de Versão Definitiva.”

“Protocolo G1- _____ PROVA RESERVA (SOLICITE AO FISCAL SEU NÚMERO DE PROTOCOLO E PREENCHA EM TODAS AS FOLHAS)”

Ocorre que o candidato inscrito sob o número 3950001880 deixou de observar as instruções constantes do caderno de prova reserva, entregando a capa da sua prova e respectivas folhas de resposta da prova reserva (versão definitiva) **sem preencher o campo destinado ao número de protocolo**, o que impossibilitou a superveniente identificação.

Conclui-se, portanto, que o candidato inscrito sob o número 3950001880 contribuiu diretamente para a falha na apuração de sua nota, pois deixou de cumprir as instruções expressamente consignadas na capa da sua prova reserva, onde inclusive constam sua assinatura e respectiva impressão digital.

Necessário levar em consideração, entretanto, que a equipe do INSTITUTO AOCP contribuiu para a ocorrência do incidente, porquanto a necessidade de uso da prova reserva pelo recorrente foi provocada por falha no empacotamento do Caderno de Questões (o qual fora encaminhado erroneamente para a sala E-106).

Diante do exposto, verificando-se a existência de culpa concorrente do INSTITUTO AOCP no incidente, esta Comissão de Concurso conhece do recurso interposto e **DEFERE PARCIALMENTE** o pedido de correção e identificação da prova do recorrente, candidato inscrito sob o número 3950001880, ao tempo em que determina as seguintes providências:

- 1) Preliminarmente, que as provas entregues sem preenchimento do protocolo de identificação sejam encaminhadas ao examinador respectivo para análise e correção;
- 2) Após, encaminhem-se as provas ao INSTITUTO AOCP para identificação dos candidatos mediante perícia grafotécnica, nos moldes propostos no Ofício n. 1.149/2023-IAOCP, por dois peritos;
- 3) Concluídas as perícias de identificação das provas, os laudos deverão ser acondicionados em envelopes lacrados, designando-se Sessão Pública de Identificação das Provas Escritas e Divulgação dos Resultados dos candidatos remanescentes para abertura dos laudos, publicação do resultado e reabertura do prazo recursal;
- 4) Considerando que os candidatos de inscrição número 3950002662, 3950000458 e 3950001000 encontram-se em situação idêntica, estende-se a eles os efeitos da presente decisão;



5) Em razão dos fatos expostos, determina-se a suspensão do andamento do concurso, a partir do dia 4 de setembro de 2023, até correção e identificação das provas dos candidatos acima mencionados;

6) Publique-se.

Campo Grande (MS), 31 de agosto de 2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

Presidente da Comissão de Concurso

LUIZ EDUARDO DE SOUZA SANT'ANNA PINHEIRO

Promotor de Justiça

Integrante da Comissão

THALYS FRANKLYN DE SOUZA

Promotor de Justiça

Integrante da Comissão

FERNANDO MARTINS ZAUPA

Promotor de Justiça

Integrante da Comissão

LEONARDO DUMONT PALMERSTON

Promotor de Justiça

Integrante da Comissão

DANIEL IACHEL PASQUALOTTO

Advogado

Representante da OAB/MS

MARCELO CÂMARA RASSLAN

Desembargador

Representante do Poder Judiciário/MS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2023NE004180 DE 30.08.2023 DO PROCESSO Nº 09.2023.00008948-3

Unidade Gestora: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: GR Comércio Ltda.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 37/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 06/PGJ/2022.

Objeto: Aquisição de materiais elétricos para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 55.480,00 (cinquenta e cinco mil quatrocentos e oitenta reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2023NE004180, de 30.08.2023.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

**EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE MPMS E CREFITO 13**

Processo: 09.2023.00007538-9

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Alexandre Magno Benites de Lacerda**;
- 2- **CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 13. REGIÃO – CREFITO 13**, representado por seu Presidente, **Renato Silva Nacer**.

Amparo legal: Lei Federal nº 8.666/93, Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, Lei federal nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 e Lei nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975.

Objeto: Estabelecer a cooperação mútua entre as Instituições partícipes, visando à fiscalização e à promoção de medidas para a adequada prestação das ações e serviços de saúde pública e privada, nas suas respectivas áreas de atuação, sem ônus para o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Vigência: 30.08.2023 até 30.08.2026.

Data da assinatura: 30 de agosto de 2023.

EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE MPMS E CRM/MS

Processo: 09.2023.00006605-7

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Alexandre Magno Benites de Lacerda**;
- 2- **CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA EST DE MATO GROSSO DO SUL - CRM/MS**, representado por seu Presidente, **José Jailson de Araújo Lima**.

Amparo legal: Lei Federal nº 8.666/93, Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, Lei federal nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 e Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957.

Objeto: Estabelecer a cooperação mútua entre as Instituições partícipes, visando à fiscalização e à promoção de medidas para a adequada prestação das ações e serviços de saúde pública e privada, nas suas respectivas áreas de atuação, sem ônus para o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Vigência: 30.08.2023 até 30.08.2026.

Data da assinatura: 30 de agosto de 2023.

EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE MPMS E CRP14/MS

Processo: 09.2023.00006569-1

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Alexandre Magno Benites de Lacerda**;
- 2- **CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE MS - 14 REGIÃO - CRP14/MS**, representado por seu Presidente, **Walkes Jacques Vargas**.

Amparo legal: Lei Federal nº 8.666/93, Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, Lei federal nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 e Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971.

Objeto: Estabelecer a cooperação mútua entre as Instituições partícipes, visando à fiscalização e à promoção de medidas para a adequada prestação das ações e serviços de saúde pública e privada, nas suas respectivas áreas de atuação, sem ônus para o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Vigência: 30.08.2023 até 30.08.2026.

Data da assinatura: 30 de agosto de 2023.



EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE MPMS E CRO-MS

Processo: 09.2023.00006609-0

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Alexandre Magno Benites de Lacerda**;

2- **CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL - CRO-MS**, representado por sua Presidente, **Silvânia da Silva Silvestre Cabral**.

Amparo legal: Lei Federal nº 8.666/93, Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, Lei federal nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 e Lei nº 4.324, de 14 de abril de 1964.

Objeto: Estabelecer a cooperação mútua entre as Instituições partícipes, visando à fiscalização e à promoção de medidas para a adequada prestação das ações e serviços de saúde pública e privada, nas suas respectivas áreas de atuação, sem ônus para o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Vigência: 30.08.2023 até 30.08.2026.

Data da assinatura: 30 de agosto de 2023.

LOCAÇÃO DE IMÓVEL

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (MPMS)** declara pública a intenção de **locar um imóvel situado no perímetro urbano do município de Bandeirantes/MS**, pelo prazo inicial de 5 (cinco) anos, para os fins de instalação de Órgãos de Execução e Auxiliares, conforme especificado no Anexo A deste extrato, e de acordo com as normas técnicas exigidas, em especial, no que diz respeito à acessibilidade. Os interessados deverão encaminhar a proposta conforme formulário constante no Anexo B, instruída com a documentação do proponente e do imóvel, e acompanhada da Autorização de Intervenção, que consta no Anexo C, **no prazo de 10 (dez) dias corridos**, contados da data de publicação deste aviso, para o e-mail da Secretaria de Administração do MPMS, sead@mpms.mp.br, ou poderão, ainda, protocolizá-la na Divisão de Protocolo-Geral do MPMS, localizada na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, nº 214, Jardim Veraneio, Campo Grande/MS, CEP 79031-907, em horário comercial (12h às 19h).

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA.

Secretária-Geral do MPMS.

SETORIZAÇÃO	AMBIENTE	QUANT.	DIMENSIONAMENTO	CARACTERÍSTICAS OBSERVAÇÕES	ACESSIBILIDADE
USO RESTRITO	SALA DE TRABALHO 01 (com sanitário privativo)	01	13,00 m²	Ambiente com espaço para 01 (uma) mesa de trabalho formato "L" de 1,60 x 1,60m, 01 (uma) cadeira do tipo digitador, 02 (duas) cadeiras para atendimento, 02 (dois) armários altos e 02 (dois) armários baixos, 01 (um) sanitário privativo, com lavatório e bacia sanitária, com área aproximada de 4,00 m².	DESEJÁVEL
	SALA DE TRABALHO 02	01	16,00 m²	Ambiente com espaço para 03 (três) mesas de trabalho formato "L" de 1,40M x 1,40m, 03 (três) cadeiras do tipo digitador, 02 (duas) cadeiras para atendimento, 01 (um) armário alto e 01 (um) armário baixo,	OBRIGATÓRIA
	SALA DE TRABALHO 03	01	16,0 m²	Ambiente com espaço para 03 (três) mesas de trabalho formato "L" de	DESEJÁVEL

				1,40M x 1,40m,03 (três) cadeiras do tipo digitador, 02 (duas) cadeiras para atendimento, 01 (um) armário alto e 01 (um) armário baixo,	
	ARQUIVO ou DESPENSA	01	9,00 m²	Ambiente com espaço para acomodar estantes.	DESEJÁVEL
	SALA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	01	9,00 m²	Ambiente destinado a área técnica de TI, para processamento de dados.	DESEJÁVEL
	ESTACIONAMENTO COBERTO	02	2,50m x 5,00 (largura x comprimento) (cada unidade)	Mínimo de 02 (duas) vagas de garagem internas ao terreno e com cobertura.	DESEJÁVEL
ÁREA LIVRE	RECEPÇÃO	01	18,00 m²	Ambiente de atendimento ao público. Deve comportar 01 (um) balcão de atendimento acessível de 2,10m, 01 (uma) cadeira digitadora, 01 (uma) longarina para espera, 01 (uma) cadeira para pessoa obesa e espaço para pessoa em cadeira de rodas, 01 (um) armário baixo, 01 (um) bebedouro.	OBRIGATÓRIA
USO COMUM	SANITÁRIO ACESSÍVEL	01	4,50 m²	Localizado em rota acessível, próxima à circulação principal e recepção, evitando estar em local isolado. Possuir dimensões mínimas, conforme recomendado pelas ABNT NBR 9050/2020.	OBRIGATÓRIA
	SANITÁRIO COMUM	01	4,00 m²	Sanitário localizado preferencialmente próximo às salas de trabalho 02 e 03.	DESEJÁVEL
	COPA	01	12,00 m²	Ambiente destinado a pequenas refeições e higienização de louças com capacidade para fogão elétrico, geladeira, bancada com pia, microondas, bebedouro e mesa para 4 (quatro) lugares.	DESEJÁVEL
	DEPÓSITO PARA MATERIAIS DE LIMPEZA (DML)	01	5,00 m²	Espaço reservado ao armazenamento produtos e equipamentos de limpeza.	DESEJÁVEL
	ÁREA DE SERVIÇO	01	4,50 m²	Ambiente composto por tanque.	DESEJÁVEL
	SALA DE REUNIÕES	01	16,00 m²	Sala de reuniões com espaço para acomodar 01 (uma) mesa com capacidade de seis a oito pessoas.	DESEJÁVEL



Observações:

1. Em atenção às recomendações do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), nos termos da Resolução nº 81, de 31 de janeiro de 2012, todos os imóveis a serem locados e construídos pelo Ministério Público devem atender integralmente as diretrizes de acessibilidade, segundo NBR 9050 - 2015 (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos) e outras normas pertinentes, tais como a Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida), o Decreto Federal nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004 (regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000);
2. A localização do imóvel esteja em local preferencialmente sem decline, com calçadas com rotas acessíveis;
3. A edificação deve ser preferencialmente térrea ou possuir plataforma acessível/elevador;
4. Caso esta possua pavimento superior e acesso apenas por escada, os ambientes que estejam no pavimento térreo devem ser os essenciais ao atendimento ao público;
5. Os ambientes de trabalho deverão possuir pontos de elétrica e lógica adequados de acordo com as características citadas no programa de necessidades, incluindo também os pontos elétricos para os aparelhos de ar-condicionado;
6. Por questões de segurança institucional, o imóvel deverá possuir muro ou gradil de fechamento em todo o perímetro, com altura mínima de 2,10 metros;
7. Portão de entrada dos veículos deverá ser automatizado.

ANEXO B**FORMULÁRIO DE PROPOSTA DE PREÇO**

À SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MPMS.

(NOME DO PROPONENTE), CNPJ/CPF nº _____, com endereço em (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, (NOME DO REPRESENTANTE), portador(a) do documento de identidade RG nº _____, e do CPF nº _____, referente à LOCAÇÃO DE IMÓVEL QUE ATENDA AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO A, vem apresentar a seguinte proposta comercial:

VALOR MENSAL DO ALUGUEL: R\$ (valor por extenso)

VALOR ANUAL DO ALUGUEL: R\$ (valor por extenso)

ENDEREÇO COMPLETO DO IMÓVEL:

ÁREA TOTAL DO IMÓVEL:

ÁREA CONSTRUÍDA:

QUANTIDADE DE VAGAS NA GARAGEM:

Dados completos de identificação e contato do proponente (*e-mail*, telefones, fax etc.).

Prazo para entrega das chaves do imóvel: (número por extenso) dias consecutivos, a contar da assinatura desta proposta.

Esta proposta tem a validade de, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias corridos.

_____, ____ de _____ de 20____.
(local) (data) (mês) (ano)

Assinatura (proprietário/representante legal)

Documentação do imóvel:

- a) certidão de inteiro teor de seu registro;
- b) certidão de habite-se;
- c) laudo atualizado do Corpo de Bombeiros;
- d) comprovante de cadastro no Fisco Municipal para fins do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), com indicação do valor deste;
- e) planta baixa atualizada.

**Documentação do proponente/proprietário pessoa jurídica:**

- a) ato constitutivo;
- b) cédula de identidade do representante legal;
- c) comprovante de inscrição e de situação no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- d) certidões negativas de débitos perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, contemplando, neste último caso, tributos mobiliários e imobiliários;
- e) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- f) certidão negativa de falência e recuperação judicial;
- g) certidão negativa de infrações trabalhistas; e
- h) declaração de cumprimento ao disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

Documentação do proponente/proprietário pessoa física:

- a) cédula de identidade;
- b) comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- c) certidões negativas de débitos perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, contemplando, neste último caso, tributos mobiliários e imobiliários;
- d) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) certidão negativa cível; e
- f) certidão negativa de infrações trabalhistas.

ANEXO C**AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE OBRA**

Eu, (nome), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), inscrito(a) no CPF sob nº (informar), na qualidade de locador(a) do imóvel localizado à (endereço), autorizo o(a) locatário(a) **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, com sede no(a)....., na cidade de...../Estado....., inscrito(a) no CNPJ sob o nº, a realizar obras e adaptações indispensáveis ao desempenho das suas atividades no referido imóvel.

(município) – (UF), (dia) de (mês) de (ano).

(assinatura)

(nome do(a) locador(a))

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****ANGÉLICA****EDITAL Nº 0029/2023/PJ/AIC**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Angélica/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Stefan Dudas, nº 565, Imperial - CEP: 79785-000, Angélica/MS.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000840-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: NONI AGROPECUÁRIA LTDA

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 132,033 hectares em área remanescente de vegetação nativa, em estágio secundário de regeneração em Bioma Mata Atlântica, na Fazenda Serrana, em Angélica/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração nº 012462/2023 e Laudo de Constatação nº 015927/2023.”

Angélica/MS, 29 de agosto de 2023.

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI

Promotor de Justiça

RIBAS DO RIO PARDO**EDITAL Nº 0010/2023/01PJ/RRP**

A Promotoria de Justiça de Ribas do Rio Pardo/MS torna pública a instauração de Procedimento Preparatório que está à disposição de quem possa interessar na Rua Waldemar Francisco da Silva, nº 1.017, Bairro Nossa Senhora da Conceição I.

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00001016-2

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido: Município de Ribas do Rio Pardo, L.R.G Construções e Empreendimentos EIRELI

Assunto: apurar eventuais irregularidades na aprovação do Loteamento Santo Antonio, localizado próximo ao Córrego da Lagoa, assim como a possibilidade de ocorrência de dano ambiental provocado na Área de Preservação Permanente do referido Córrego.

Ribas do Rio Pardo, 30 de agosto de 2023.

GEORGE ZAROUR CEZAR

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0011/2023/01PJ/RRP

A Promotoria de Justiça de Ribas do Rio Pardo/MS torna pública a instauração de Procedimento Preparatório que está à disposição de quem possa interessar na Rua Waldemar Francisco da Silva, nº 1.017, Bairro Nossa Senhora da Conceição I.

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000920-0

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido: João Alfredo Danieze, ATAIDE FELICIANO DA SILVA

Assunto: apurar suposta ocorrência de superfaturamento no emprego de materiais destinados a reforma das pontes de madeira apontadas pelo denunciante.

Ribas do Rio Pardo, 30 de agosto de 2023.

GEORGE ZAROUR CEZAR

Promotor de Justiça

**RIO BRILHANTE****EDITAL**

A 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brilhante/MS torna pública a instauração de inquérito civil, que se encontra à disposição de quem possa interessar na rua Rio Brilhante, 1154, Vila Maria, Rio Brilhante/MS, bem como pode ser acessado no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000900-0.

Requerente: Miqueli de Almeida Barros Matos.

Requerido: A apurar.

Assunto: apurar preterição indevida de candidatos em processo seletivo de professores da Secretaria Municipal de Educação de Rio Brilhante/MS.

Rio Brilhante, 30 de agosto de 2023.

ALEXANDRE ROSA LUZ

Promotor de Justiça

SONORA**PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE OUTRAS ATIVIDADES NÃO SUJEITAS A INQUÉRITO CIVIL
Nº MP 09.2023.00005756-9**

Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

RECOMENDAÇÃO**PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO n. 09.2023.00005756-9**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por seu Promotor de Justiça que ao final subscreve, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 127, *caput*, da Constituição Federal; art. 27, parágrafo único, Inciso IV da Lei Federal nº 8.625 de 12/02/93; art. 29, IV da Lei Complementar Estadual nº 072 de 19/01/94; e art. 44 da Resolução nº 015-PGJ de 27/11/07;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Carta Magna, bem como a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos do artigo 129, incisos II e III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37 da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que o artigo 27, inciso II, da Constituição Estadual estabelece que a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração;



CONSIDERANDO a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Recurso Extraordinário nº 1.041.210/SP-RG (Tema 1010, Rel. Min. DIAS TOFFOLI), em que foram discutidos os requisitos constitucionais do artigo 37, II e V, da CF/1988 para a criação de cargos em comissão¹;

CONSIDERANDO a recente decisão proferida pelo Ministro Alexandre de Moraes, no bojo do Recurso Extraordinário nº 1.264.676 que declarou a inconstitucionalidade dos artigos 2º, 3º e 4º da Lei Complementar nº 22/2017, do Município de Belmonte/SC, na parte em que estabeleceu o provimento dos cargos de Diretor de Controle Interno e de Controlador Interno por meio de cargo em comissão ou função gratificada, por ser um cargo que desempenha funções de natureza técnica e que não exige prévia relação de confiança entre a autoridade hierarquicamente superior e o servidor nomeado;

CONSIDERANDO as informações que instruem o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00008173-6, donde se extrai que o cargo de Controlador Interno do Município de Sonora é provido em caráter comissionado, o que afronta o sistema constitucional vigente;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público Estadual expedir recomendações, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis (art. 27.º, par. único, inc. IV, da Lei Federal 8.625/93);

CONSIDERANDO que, segundo o artigo 1º da Resolução nº 164/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público, *“a recomendação é instrumento de atuação extrajudicial do Ministério Público por intermédio do qual este expõe, em ato formal, razões fáticas e jurídicas sobre determinada questão, com o objetivo de persuadir o destinatário a praticar ou deixar de praticar determinados atos em benefício da melhoria dos serviços públicos e de relevância pública ou do respeito aos interesses, direitos e bens defendidos pela instituição, atuando, assim, como instrumento de prevenção de responsabilidades ou correção de condutas”*;

O Ministério Público Estadual, com fundamento no artigo 129, inciso II, da Constituição Federal, artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal n. 8.0625, de 12 de fevereiro de 1993, artigo 29, IV da Lei Complementar Estadual nº 072 de 19/01/94, artigo 44 da Resolução nº 015-PGJ de 27/11/07 e artigo 4º, inciso IX, da Resolução 20/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, visando à adequação dos atos praticados pela Administração Pública do Município de Sonora/MS aos ditames constitucionais e legais, RECOMENDA:

• À Câmara Municipal de Sonora/MS, na pessoa do Excelentíssimo Presidente Vereador Jansem Peixoto Barbosa, que promova a extinção do cargo "comissionado" de Controlador Interno, vez que em desacordo com a ordem constitucional vigente, e adote as providências necessárias relativas à adequação legislativa, tendente à alteração da Lei Complementar nº 143/2022, no que concerne ao provimento do cargo de Controlador Interno de forma comissionada, a fim de torná-lo cargo de natureza efetiva a ser posteriormente preenchido mediante concurso público.

Por fim, nos termos do art. 45, caput e parágrafo único, da Resolução n. 015/2007/PGJ, aguarda-se o prazo de 20 (vinte) dias para que a recomendada respondam, por escrito, a este expediente, devendo providenciar, *incontinenti*, a divulgação adequada e imediata da presente recomendação em todos os meios de comunicação disponíveis, sem prejuízo da publicação que será providenciada pelo próprio Ministério Público Estadual.

Sonora, data da assinatura digital.

DANIEL HIGA DE OLIVEIRA
Promotor de Justiça em Substituição Legal

¹ a) A criação de cargos em comissão somente se justifica para o exercício de funções de direção, chefia e assessoramento, não se prestando ao desempenho de atividades burocráticas, técnicas ou operacionais; b) tal criação deve pressupor a necessária relação de confiança entre a autoridade nomeante e o servidor nomeado; c) o número de cargos comissionados criados deve guardar proporcionalidade com a necessidade que eles visam suprir e com o número de servidores ocupantes de cargos efetivos no ente federativo que os criar; e d) as atribuições dos cargos em comissão devem estar descritas, de forma clara e objetiva, na própria lei que os instituir.